

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 16 DE FEVEREIRO DE 1995

Eu queria agradecer ao Francisco Urbano e a todos os que aqui vêm, esta tarde, trazer à minha consideração problemas que não são novos para mim, mas são importantes para nós todos.

Não quero me furtar a começar a discussão. Acho importante que mantenhamos um clima de diálogo. O Urbano sabe qual é o meu jeito. Não é a primeira vez que nos encontramos, muitos de nós aqui já nos encontramos muitas vezes, e eu quero manter esse mesmo estilo na Presidência da República. Obviamente, as limitações de tempo do Presidente são ainda maiores do que as limitações de tempo de um Ministro e muito mais do que as de um Senador. Mas acho que isso não pode servir de desculpa para que não nos encontremos, e, certamente, tendo a percepção direta e imediata, é mais fácil também eu falar com os meus Ministros e com os responsáveis, de uma forma também mais informada, sobre as questões no campo.

Vamos por partes, aqui. Política agrária. Acredito o seguinte: vocês sabem, o Urbano sabe disso, eu mesmo apresentei um projeto de reforma agrária que teve o apoio da Contag, e até hoje eu acredito que aquele projeto está na linha correta, na linha adequada. Acredito que,

com um esforço verdadeiro, e com o Plano Real, seja possível, efetivamente, avançarmos mais nessa matéria. Conversei recentemente com o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira. Nós vamos em breve anunciar alguns importantes resultados na área de desapropriação, para deixar um sinal bem claro, logo no começo do Governo, de que, quando falamos em reforma agrária e quando falamos, como na campanha eleitoral, que queríamos assentar, não foram palavras para ganhar a eleição, até porque poderíamos, porque os outros propunham muito mais, propunham uma quantidade de assentamentos absolutamente inviável. Mesmo a meta mais ajustada às nossas possibilidades, que é de 40 mil por ano, vocês sabem que é difícil, porque nunca se fez. Mas alguma vez se faz.

Então, nós vamos, realmente, nos empenhar para o cumprimento dessa meta. Não se trata só de ter terra; mais importante do que isso é o assentamento, é a política que permita haver o assentamento, é realmente treinar o próprio aparelho do Estado para isso, é dar os instrumentos creditícios de apoio aos assentamentos. E tudo isso custa dinheiro, não é fácil. Mas já há uma experiência, já há um caminho, e eu acredito que a direção atual do Incra tem se empenhado nesse sentido, pelo menos todas as informações que eu tenho a respeito do Doutor Marcos Lins são nessa direção, de que ele é uma pessoa que dialoga, e com todas as forças; e que, portanto, tem o meu apoio, como todos sabem. E vamos continuar com esse espírito.

Eu sempre disse também que, quando o Governo atua, não há razões para ocupações violentas de terra. E o Governo está atuando, e vai continuar atuando. Também, não quer dizer que eu endosse ocupações, porque isso levaria até a certas injustiças. Nós temos que ver quem é que está cadastrado, temos que seguir os cadastramentos, porque, senão, os mais aguerridos, ou mais espertos, são os que se beneficiam primeiro. E não é por aí. Realmente, o Governo tem que estar se antecipando aos acontecimentos, para evitar que haja ocupações de terra, mas não pode estar apoiando ocupações. Tem que estar apoiando, isso sim, é a reforma agrária, tem é que fazer esses assentamentos. E nós vamos fazer. Estarei sempre disposto não só a ouvi-los, como a pedir que as autoridades responsáveis dialoguem e negociem esses avanços na área da reforma agrária.

Quanto à questão da política agrícola, tudo o que eu leio aqui é algo que me parece muito razoável, inclusive nas questões emergenciais que vêm mais adiante, quanto ao financiamento da safra. É verdadeiro que tenha havido um certo descaso no financiamento da safra, quanto às oportunidades. Eu me recorde de que, no Ministério da Fazenda, lutei muito para que tivéssemos o plano de financiamento preparado para julho. E conseguimos. Mas não basta, porque, como disse o Urbano, nós temos áreas em que o financiamento se requer antes.

Agora mesmo que fui ao Paraná, a Campo Mourão, esta semana, na volta conversei com os Ministros pertinentes – aliás, mesmo antes de ir para lá – para dizer que eu quero esse plano de financiamento agora. O Conselho Monetário, na próxima semana, tem que dar a decisão sobre plano de financiamento da safra. E, sobretudo, na questão relativa aos pequenos e médios empresários.

Vou dizer a vocês com franqueza que eu nunca encarei com simpatia a inclusão da soja entre os produtos que têm o preço mínimo garantido, porque isso vai dar um embaraço muito grande para o Governo. E o plantador de soja não é um plantador que está precisando desse apoio. Como Ministro, eu me opus a isso, não deixei que se fizesse, e tive dificuldades com os plantadores de soja, mas agora sou obrigado a cumprir, porque foi prometido. Mas, se depender de mim, temos que separar muito bem, não podemos jogar os recursos escassos do Estado nas plantações daqueles que têm recursos para financiar.

O Governo encaminhou a cédula rural, como vocês sabem – também me empenhei muito nisso –, para esse tipo de plantador, que é o que tem mais mecanismos, ele próprio, de obter os seus recursos. Pode mais tarde obtê-los até internacionalmente, porque o preço da soja está definido pela bolsa de Chicago. E tem que estar disposto a fazer *hedge* e a correr os riscos do financiamento, não precisa o Governo entrar com o dinheiro do Tesouro, que é do povo, não é de outra pessoa, não é para financiar justamente aqueles que menos precisam. Precisa financiar é o pequeno e o médio produtor.

Então, não discordo nada desta demanda que aqui está, assim como também acho que toda essa questão relativa ao trabalho, às leis do

trabalho, ao trabalho escravo, à punição dura dessas coisas absurdas que são fotografáveis, isso tem que encontrar uma reação direta, forte, imediata, do Governo. E acredito que o Ministro do Trabalho terá, mais do que boa vontade, obrigação mesmo – e ele a faz com prazer – de conversar, de discutir a questão relativa à situação do trabalhador e à melhoria que se possa garantir para o trabalhador.

Nós vivemos uma economia de mercado. O Governo não inventa dinheiro. Quando o Governo pensa que inventa dinheiro, quando o povo pensa que o Governo o inventa, gera inflação. Isso nós temos que dizer sempre, com clareza, para não enganar ninguém. Quer dizer, não adianta eu fazer um decreto aumentando o salário; não acontece o aumento. Olha, eu estava no Senado, e, uma vez, estávamos discutindo salário mínimo, como sempre, isso era uma discussão eterna. E com o Senador Severo Gomes estávamos conversando sobre essa matéria, conversando lá, com os Senadores, discutindo. Eu digo: “Olha aqui, querem dobrar, triplicar, vamos aprovar a lei. Agora, o que acontece no dia seguinte? Nada. O mercado vem em cima, vem a inflação, e o salário real cai.” Como caiu. Nós temos anos e anos de experiência disso, não é novidade. Anos e anos em que é de papel qualquer tentativa que não esteja baseada na realidade, quer dizer, num trabalho efetivo de construção de riqueza. Não é o Governo quem faz. Quando o Governo faz dinheiro, ele faz imposto no dinheiro; ele está, sem que ninguém saiba, cobrando de todos o imposto. Aí é fácil. Mas resulta no que resultou. Quem é que vai pagar depois esse imposto? É o povo mais pobre. O Real está mostrando isso agora.

Por que a população gostou do Real? Porque estabilizou a economia. E, ao estabilizar a economia, aumentou a capacidade de consumo. Agora, se eu começar a concordar com aumentos que não têm base, não tem jeito, isso aí vai resultar de novo em inflação. Então, como se faz o aumento? Pode fazer? Pode. Aumenta a produtividade, racionaliza mais a produção, distribui efetivamente a renda, porque aí você não está emitindo dinheiro. Dá condições de educação, dá condições de saúde, através de recursos não inflacionários; eleva o padrão de vida da população. Aí a gente consegue os aumentos. E há muita margem para isso.

A meta de aumentar a base de salário é realista, desde que ela não venha sob a forma enganosa de pensar que é um decreto do Presidente da República, quando o Presidente não tem os recursos para dar. Então, ele vai girar a maquininha: ele não está dando o aumento, ele está mentindo para o povo.

Ou eu estou errado? Então, muito bem, mostre-me que estou errado ou eu não cedo, porque não sou demagogo, porque sei que as coisas são assim. Nós todos já sabemos disso. Hoje, a compreensão dessas questões pelas lideranças trabalhadoras é muito alta, sabem que é assim. Então, nós temos que, juntos, trabalhar para ver como se melhora tudo isso que é piso salarial, como se aumenta a arrecadação, como se faz com que a Previdência combata a sonegação. Aí é verdadeiro que dá para aumentar, inclusive a parte relativa ao próprio Governo. É verdadeiro que pode aumentar.

Quando a gente examina o número de empresas agrícolas que pagam, efetivamente, à Previdência e as que pagam outros impostos, é uma coisa muito estranha. Olhado pelo prisma da área social, parece que o Brasil tem, digamos, um milhão de empresas; olhado da área econômica, tem dois milhões, porque tem um milhão que sumiu, não paga. Estou dando números hipotéticos, não são verdadeiros.

Aí é verdadeiro que tem que combater. Então, vamos nos organizar para combater a sonegação, vamos pedir o apoio dos trabalhadores, que o Governo o dará também a eles, para que os sindicatos ajudem a controlar a sonegação, porque aí nós criamos condições reais para que haja aumento.

Acredito que, nessas matérias todas, o Ministro Paulo Paiva terá muito interesse em conversar, discutir sobre a CLT. Não tenho nenhuma dúvida de que não tem sentido o que vi aqui, a respeito de passar para a assistência social o trabalhador rural. Isso não tem sentido mesmo, não vai passar coisa nenhuma. Às vezes são ondas que não têm apoio, pelo menos em mim, e, portanto, não vão ter apoio.

No que diz respeito à Previdência Social, também, *grosso modo*, acho que há muito caminho para conversarmos e para nos entendermos. A participação do setor rural no custeio da Previdência Social, obviamente-

te, não tem sentido não ser assim; a participação na assistência também, enfim.

Bom, com relação a algumas medidas emergenciais – a algumas eu já me referi, como o custeio –, defini logo as verbas, a agenda. Isso é fundamental. AGF, tudo bem, isso tem que ser feito mesmo. Mas eu queria falar de outra coisa: Finame Rural. Bem, o Finame Rural hoje, como vocês sabem, já se rege pela TJLP. A TJLP já dá um alívio razoável no financiamento. Resta o Finame Rural do passado. Nós estamos conversando com a área econômica, para ver de que maneira se pode discutir isso, porque, como é um contrato válido, eu não posso quebrá-lo. Se eu quebrar de um, quebro de todos. “Todos” não são os agricultores, não: é a economia toda. E, aí, o rombo é enorme.

Mas dá para negociar, e, certamente, nas regras de renegociação, o pequeno e o médio devem ser os preferenciais. Dá para renegociar os prazos e essa coisa toda. Eles já estão estudando essa matéria, porque ela sufoca todo mundo. Evidentemente, a solução para isso é a queda da taxa de juros. Ainda hoje de manhã, numa entrevista coletiva que dei, eu mencionei que, depois que assumi o Governo, encontrei condições – portanto, não estou criticando o Governo passado, senão já vão dizer que estou criticando – que me permitiam fazer o que no momento do Governo passado não era possível, porque, para introduzir o Real, tinha que subir a taxa de juros; mas, na medida em que haja estabilidade, começa a baixar. E, de janeiro para cá, essa taxa tem declinado – pelo menos do Banco Central, que é o que regula tudo –, consistentemente, de tal maneira que ela possa ir se adequando às necessidades de um país que precisa investir para crescer.

Então, acredito que essa área do Finame nós também podemos olhar. Claro que aqui – linha de crédito para as vítimas da enchente, essa coisa toda – tudo é emergencial, é perfeitamente razoável que se discuta e que se faça.

Desculpem, estou respondendo assim, de improviso e numa corrida muito rápida, as questões, mas é simplesmente porque tenho interesse efetivo por essas questões, não sou alheio a elas. E vocês podem ter certeza de que nós vamos manter um sistema de permanente discussão,

negociação. É claro que, muitas vezes, no atropelo do País, as decisões têm que ser tomadas de repente. Pode ferir um ou outro, mas, ferindo e sendo legítimo o ferimento, há mecanismos, sempre, de reabrir a negociação, a conversa. Eu gostaria de manter, na Presidência da República, o mesmo relacionamento que sempre mantive com a Contag e, quem sabe, um dia eu possa voltar lá, como já fui uma vez, e nós possamos discutir – e aí, vocês me perdoarão, eu estarei sem gravata e paletó, porque é menos quente –, aí, sim, de igual para igual, os problemas do Brasil, porque os problemas são tão meus quanto de vocês.

Muito obrigado.

